

REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS¹

Nathalia do Nascimento Clemencia²

Rosa Cristina Ferreira de Souza³

Resumo: O objetivo desse estudo foi identificar a representação social dos pais de crianças do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental de uma escola pública estadual na cidade de Tubarão sobre a violência doméstica contra crianças. Foram enviados aproximadamente 300 termos de consentimento livre e esclarecido aos pesquisados, todavia, 57 pais aceitaram participar da pesquisa. Para a coleta de dados, utilizou-se um método associativo de palavras por meio do TALP – Teste de Associação de Palavras que consistiu em solicitar aos participantes que mencionassem três palavras a partir do estímulo indutor: “Violência doméstica contra a crianças.” As evocações foram analisadas a partir de dados gerados pelas sistematizações do software IRAMUTEQ. Foi possível constatar que as representações sociais estão organizadas em elementos centrais como sentimentos de cólera (raiva, revolta), que se afeiçoa com emoções que levam as pessoas a se sentirem impotentes (impunidade, indignação) diante dos casos de violência e evocarem emoções a partir disso (“tristeza”, dor). O elemento mais evocado pelos sujeitos foi a “revolta” que se refere a homogeneidade do grupo diante do estímulo indutor, enquanto em suas angústias pessoais está a “raiva” reforçador desse sentimento. Essas evocações mostram que as pessoas objetivaram a violência doméstica contra criança como um ato violento e em evocações que mostram seus próprios sentimentos/emoções diante do termo indutor. A violência, por sua vez, está vestida por emoções desencadeadas por sua prática e não se refere somente aos atos violentos sofridos, mas também à sua repercussão e seus malefícios no desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: Representação Social. Violência Doméstica. Crianças.

1 INTRODUÇÃO

A violência no Brasil está em crescimento e em pauta nas mídias eletrônicas e impressas em todo o país. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública publicado em 2017, o Brasil teve sete pessoas assassinadas por hora em 2016, totalizando 61.283 mortes violentas intencionais, maior número já registrado no Brasil. (FÓRUM BRASILEIRO DE

¹ Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso de graduação em Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Psicólogo (a).

² Acadêmica do curso de Psicologia pela Universidade do Sul de Santa Catarina. E-mail: clemencianathalia@gmail.com

³ Professora orientadora. Doutora em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina. E-mail: rosa.cristina@unisul.br

SEGURANÇA PÚBLICA, 2017). Dentro deste número alarmante, está a denominada violência doméstica que é entendida como qualquer forma de violação praticada no ambiente familiar, seja ela física, sexual, psicológica, negligência e pode ocorrer em qualquer classe social contra mulheres, homens, crianças, adolescentes e idosos.

Assim como a violência no Brasil têm índices elevados e vem sendo fonte de estudos diários, a violência doméstica contra crianças, no que lhe concerne, também tem números preocupantes. A Organização Mundial da Saúde classifica a violência contra as crianças em: maus-tratos, *bullying* (incluindo *cyber-bullying*), violência juvenil, violência doméstica; violência sexual; violência emocional ou psicológica. (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2018).

O Ministério dos Direitos Humanos Brasileiro divulgou em 2017 o balanço anual completo de dados sobre as violações de direitos humanos em todo o país através do DISQUE 100, linha telefônica gratuita que recebe denúncias de violações de direitos humanos. No ano passado foram feitas 84.049 denúncias de violações contra crianças e adolescentes; 10, 34% a mais do que o registrado em 2016. Os números ainda mostram que meninas negras (pretas e pardas) com idades entre 4 e 11 são as vítimas mais frequentes e que existe uma parcela considerável de crianças de 0 a 3 anos que também são violadas, mostrando que a violência contra as crianças muitas vezes se inicia na primeira infância e se perpetua até a adolescência comprometendo significativamente o desenvolvimento infantil saudável. O tipo de violação mais reportada foi negligência, com 61.416 casos, seguida de violência psicológica, com 39.561, e violência física, com 33.105 casos e a maioria dos casos acontecem dentro do núcleo familiar (BRASIL, 2017).

Esses dados expõem um desacordo com o que a Constituição Federal de 1988 estipula, no seu art. 227 que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança direito à vida, à saúde, à alimentação, educação... além de livrá-los de qualquer forma de violação. (BRASIL, 1988). Também uma incompatibilidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente que prevê que é “direito fundamental de toda a criança e adolescente proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”. (BRASIL, 1990). Entretanto, para Maria Amélia Azevedo e Viviane N. de Azevedo Guerra (2006) o país ainda está longe de ter estatísticas confiáveis relacionadas a violência doméstica contra crianças e adolescentes, os dados são fragmentados e ocultam os fenômenos e as formas de violências.

Considerando que o Brasil não tem dados estatísticos oficiais e que as notícias em redes sociais e meios de comunicação evidenciam cada vez mais os casos de violência contra crianças e adolescentes no Brasil, esta pesquisa propõe identificar a representação social da violência doméstica em contexto domiciliar.

A primeira infância é significativa e fundamental para o desenvolvimento cognitivo, emocional e físico das crianças. Estudos recentes como das autoras Santos, Ramos e Salomão (2015) destacam que o desenvolvimento infantil é um processo no qual são importantes as interações afetivas, uso de recursos pedagógicos diversificados e a participação familiar para que as mesmas se desenvolvam de forma adequada. Portanto, o desenvolvimento infantil é considerado um processo amplamente importante para a criança e a ocorrência de violência nesse período pode ocasionar consequências negativas.

Para entender a representação da violência doméstica nesta pesquisa, optou-se por considerar a base teórica da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici que, segundo o autor, consiste em “um conjunto de conceitos, explicações e afirmações que se originam na vida diária, no curso de comunicações interindividuais.” (MOSCOVICI, 1981, p.47). Considerando que o termo violência é reconhecido por todos, a pesquisa tem o propósito de identificar o conhecimento e o significado que os pais têm sobre a violência doméstica contra crianças.

A busca pelo tema “violência doméstica contra crianças” resultou em vários artigos sobre a violência doméstica e de que forma ela pode ser evitada. Foram pesquisadas nas bases: SCIELO, LILACS e PEPISIC, a partir dos termos “violência doméstica *and* crianças”; “representação social *and* violência *and* criança” permitiram alcançar alguns autores discutindo a violência sob a ótica da representação social: Ribolla e Fiamenghi Jr (2007) pesquisaram as representações de violência sob a ótica de três grupos de adolescentes na cidade de São Paulo. Os resultados mostraram que as representações sociais sobre a violência foram situações associadas com cenas explícitas de destruições, crimes, política e esportes. Biscegli et al. (2008) pesquisaram como o objetivo elucidar os conhecimentos dos pais ou responsáveis de crianças sobre seu entendimento de violência infantil e identificar qual a postura em relação à educação dos seus filhos. Os resultados mostraram que os pais e responsáveis não aceitam que os educadores punam com castigo físico, chamam a atenção dos filhos diante de um comportamento inadequado, discordam da palmada como meio educativo, concordam que falar sobre os erros fazem parte da educação e se preocupam com a violência contra crianças, pois,

sabem que isso pode levar à morte. (BISCEGLI et al. 2008). São estudos que não abordam o tema tal como se propõe neste trabalho.

Pesquisas mais diretamente relacionadas ao tema foram encontradas, mas datam mais de 10 anos, com isso existe a necessidade de atualizar o estudo do tema com pesquisas recentes que discutam sobre a violência doméstica na ótica das representações sociais e na perspectiva de pais. Esta pesquisa, portanto, tem a pretensão de contribuir no meio científico e prover estudos atuais para que futuros pesquisadores possam adquirir mais conhecimento pela temática. Entende-se que a pesquisa possa contribuir para que os pais e/ou responsáveis por crianças reflitam sobre o fenômeno da violência no contexto familiar a fim de promover uma provocação para que essa prática seja cada vez menos realizada. Permitindo reflexão aos pais entrevistados é possível que contribua também de forma mais ampla na sociedade proporcionando que esses pais, falem sobre a questão em suas interações cotidianas o que pode promover um olhar mais crítico diante da violência no país, e servir de alerta para as pessoas compreenderem as maleficências que essa prática contra crianças pode acarretar.

Diante das discussões, pesquisas e dados apresentados, as representações sociais que as pessoas possuem aplicadas a violência através de pesquisas mostram com evidência que a violência não é um ato aceito em diálogos no cotidiano. No entanto, dados do Fórum Brasileiro e das pesquisadoras renomadas no Brasil, Maria Amélia Azevedo e Viviane N. de Azevedo Guerra, evidenciam o oposto. Com isso, fica o questionamento de aprofundar a violência doméstica com os pais com um olhar nas representações de Moscovici e questiona-se: Qual a representação social que os pais de crianças do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental de uma escola público estadual da cidade de Tubarão têm em relação a violência doméstica contra crianças? Quanto aos objetivos específicos a pesquisa propôs identificar a compreensão dos pais pesquisados sobre violência doméstica contra crianças e identificar o reconhecimento dos pais pesquisados sobre os tipos de violência doméstica.

1.1 REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Há mais de cinquenta anos de publicação a Teoria das Representações Sociais (RS) de Serge Moscovici (1961) foi difundida amplamente e tem ganhado cada vez mais importância dentro da psicologia social, uma vez que se está gradativamente tentando entender as complexidades dos fenômenos sociais, tal como o tema violência aqui apresentado.

O termo Representação Social (RS) foi mencionado pela primeira vez por Moscovici, em seu estudo sobre a representação social da psicanálise, que recebeu o título de *Psychanalyse: son image et son public* no ano de 1961. Neste estudo ele buscou compreender e evidenciar como as pessoas no seu dia a dia entendiam a psicanálise e confrontar essa compreensão com o aparato teórico-conceitual propriamente dito. Sobre RS, Moscovici define:

Um conjunto de conceitos, proposições e explicações criado na vida cotidiana no decurso da comunicação interindividual. São o equivalente, na nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais, podem ainda ser vistas como a versão contemporânea do senso comum. (MOSCOVICI, 1981, p. 181).

Para Anadón e Machado (2001) a partir dos estudos de Moscovici (1981) a representação social representa um avanço na psicologia social, porque nessa época o modelo behaviorista era uma das únicas formas de entender o homem através da explicação de conduta por esquema estímulo e resposta, e a RS tem sua natureza crítica e construtiva. Os autores Anadón e Machado (2001, p.14) explicam representação social como sendo:

A construção social de um saber ordinário (de senso comum) elaborado por e dentro das interações sociais, através de valores, das crenças, dos estereótipos etc., partilhada por um grupo social no que concerne a diferentes objetos (pessoas, acontecimentos, categorias, objetos do mundo etc.), dando lugar a uma visão comum das coisas.

Com isso, fica evidente que Moscovici queria entender como algo do senso comum era adotado por um grupo social sem indagações e, muitas vezes, era autenticado por esse grupo como cientificidade. “O papel da teoria das representações sociais confere a racionalidade da crença coletiva e suas significações, portanto, aos saberes populares e ao senso comum.” (FARR, 2007, p. 11). Ou seja, como o teórico constatou, a produção de representações sociais tem impacto sobre a vida cotidiana uma vez que, de certa forma, legitima saberes produzidos no decorrer das comunicações entre as pessoas tornando esse saber produzido como imagem do real.

A compreensão das representações sociais implica conhecer não só o discurso do sujeito, mas toda a situação que define o sujeito que o produz, uma vez que a análise concreta do indivíduo só é possível se analisarmos o mundo que o rodeia. (LANE, 1994). Ainda segundo a autora a linguagem existe como produto social e através das relações com os outros que elaboramos nossas representações do que é o mundo, isso implica na ação, na experiência com um objeto ou situação e nos significados atribuídos a elas pelas pessoas com quem nos relacionamos. (LANE, 1994).

Tratar da teoria das representações sociais, requer considerar a convivência de universo consensual e universo reificado. Os universos consensuais expressam as atividades relacionadas ao senso comum e suas teorias para responder aos problemas que se impõem. Nesse universo, os indivíduos elaboram sua construção do real a partir do meio onde vivem, explicando as coisas sem saber ou considerar seu aspecto formal, sua cientificidade. Nos universos reificados, diferentemente, se manifestam os saberes e conhecimentos científicos, com objetividade e rigor lógico e metodológico. (MORAES, et al., 2014). “Assim, através das ciências compreendemos o universo reificado; já as representações sociais se referem ao universo consensual e são criadas pelos processos de ancoragem e objetivação, circulando em nosso cotidiano” (MORAES, et al., 2014, p. 26). A este respeito, Moscovici afirma que

Os universos consensuais são locais onde todos querem se sentir em casa, a salvo de qualquer risco, atrito ou conflito. Tudo o que é dito ou feito ali, apenas confirma as crenças e as interpretações adquiridas, corrobora, mais do que contradiz, a tradição. Espera-se que sempre aconteçam, sempre de novo, as mesmas situações, gestos, ideias. A mudança como tal somente é percebida e aceita desde que ela apresente um tipo de vivência e evite murchar o diálogo, sob o peso da repetição. (MOSCOVICI, 2003, p. 54 e 55)

A violência no campo da cientificidade vem gradualmente sendo vista como prejudicial para o processo de desenvolvimento da criança. Esta prática, no entanto, tem valores distintos para os pais e para a ciência. Muitos pais no seu dia a dia expressam nas redes sociais e em conversas que hoje o mundo está em colapso e que a solução disso é a educação e a palmada que eles recebiam quando eram crianças, já que era visto como uma prática educativa e que os ensinava o que era certo e errado. Desse modo, possibilita entender que a violência doméstica na visão dos pais passa pelo processo de ancoragem e objetivação da teoria de Moscovici, pois, no mesmo momento que a violência é vista como prejudicial pela ciência, é pedida em alguns momentos pelos pais, tentando de alguma forma tornar algo habitual.

Neste contexto, pode-se entender a ancoragem como o processo de transformar algo estranho e perturbador, algo que nos intriga e nos assusta, em nosso próprio sistema de categorização, isto é, dar nome a alguma coisa. O ser humano experimenta uma resistência, um distanciamento, quando não pode avaliar algo e descrevê-lo, por isso se faz o processo de aproximação do que é ainda desconhecido às categorias e imagens previamente conhecidas pelo sujeito, na busca de atribuir sentido aquilo que ainda não faz sentido para ele. (MOSCOVICI, 2003). Já o processo de objetivação “é o momento em que o abstrato se transforma em concreto, cristalizando as ideias e tornando-as objetivas, ao que Moscovici denomina face figurativa.”

(MORAES, et al., 2014, p. 8). A objetivação une a ideia de não familiaridade com a realidade, ou seja, faz um conceito se tornar realidade, dando materialidade a ele, através de uma imagem. (MOSCOVICI, 2003).

A objetivação e a ancoragem não ocorrem em momentos distintos; na verdade, desenvolvem-se concomitantemente, inter-relacionam-se e dão sentido à representação social. (MORAES, et al., 2014). A teórica Spink confirma que (1995, p. 36):

[...] ambos os universos atuam simultaneamente para moldar a nossa realidade. Nas sociedades modernas, o novo é comumente gerado ou trazido à luz por meio dos universos reificados da ciência, da tecnologia ou das profissões especializadas. São novas descobertas ou teorias, invenções e desenvolvimentos técnicos, produções de fatos políticos e econômicos, inovações classificatórias e analíticas e assim por diante. A exposição a esse novo é que introduz a não familiaridade ou a estranheza na sociedade mais ampla.

Portanto, as representações sociais correspondem aos universos consensuais, uma vez que explica as informações para que fique mais acessível ao entendimento no coletivo. Isto significa que pode-se compreender uma representação social em seus aspectos mais homogêneos, funcionando a partir de uma representação mais central, mas que isso não uniformiza o pensamento coletivo, permitindo que convivam com o elemento central outros elementos mais heterogêneos. Acerca deste assunto, um dos teóricos que contribuíram para a teoria de Moscovici foi o Jean-Claude Abric constatou um Núcleo Central nas representações. Este é definido pela natureza do objeto representado, pelo tipo de relações que o grupo mantém com esse objeto e pelo sistema de normas sociais que constituem o grupo envolvido. (ABRIC, 2000). O núcleo central ou núcleo estruturante de uma Representação Social para Abric (2000, p.31) tem duas funções fundamentais:

Uma função geradora – é o elemento pelo qual se cria ou se transforma o significado dos outros elementos constitutivos da representação. Pela função geradora os outros elementos ganham um sentido, um valor. Uma função organizadora – é o núcleo central que determina a natureza dos elos, unindo entre si os elementos da representação. Neste sentido, o núcleo é o elemento unificador e estabilizador da representação.

Em torno do núcleo central, ainda segundo o autor, organizam-se os elementos periféricos. Estes constituem o essencial do conteúdo da representação que respondem a três funções primordiais: função de concretização, função de regulação, função de defesa. A primeira trata de constituir a interação entre o núcleo central e a representação, permitindo que as representações sejam vistas concretamente. Na função de regulação as informações novas ou

transformadas no meio ambiente podem ser integradas a representação atual e a função de defesa que resiste a mudança nas representações. (ABRIC, 2000). Para o autor “[...] representações [sociais] têm um papel fundamental na dinâmica das relações e nas práticas sociais” (ABRIC, 2000, p. 28) e respondem a quatro funções essenciais: do saber, identitária, orientadora, justificadora.

1.2 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS

A violência atinge milhões de pessoas ao redor do mundo e o Brasil está entre os países que mais apresentam ocorrências diárias. A Organização Mundial da Saúde entende que violência é:

[...] uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (KRUG et al., 2002, p. 5).

Muitas das vítimas desta violência são as crianças que são violadas diariamente pelo Estado e por seus responsáveis, de forma física, psicológica ou através de isenção de cuidados resguardados por lei. Esses atos nocivos estão em vigor em variados lares brasileiros e pode acontecer em diversos lugares, tais como: lares, instituições, escolas e nas ruas e os violadores podem ser pessoas próximas às vítimas, responsáveis legais, terceiros e o Estado.

A violência doméstica, também conhecida como violência intrafamiliar segundo as autoras Maria Amélia Azevedo e Viviane Guerra (2001, p. 33) é:

[...] todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que - sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico a vítima - implica de um lado, numa transgressão do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

Considerando que a violência intrafamiliar ocorre dentro de lares, este ato acaba tendo uma maior repercussão e preocupação já que nesses ambientes as crianças, na maioria das vezes, aprendem sobre confiabilidade, respeito e amor. “Esta violência tem muitas manifestações, mas as mais comuns, sobretudo no Brasil, são as que submetem a mulher, as crianças e os idosos ao pai, ao marido e ao provedor. Ou ainda, colocam crianças e jovens sob o domínio – e não sob a proteção – dos adultos.” (MINAYO, 2009, p. 35). Neste contexto, Guerra (1998) destaca que existem quatro formas diferentes de violência doméstica

reconhecidas, sendo elas a violência física, violência psicológica, violência sexual e a negligência.

A violência física dentro no espaço do lar é originada de múltiplas formas de punição e disciplinamento. Os responsáveis usam da disciplina e a punição para justificar o uso e abuso da violência física, ela também acontece como forma de descontar as tensões originárias de frustrações e consequências do dia a dia dos agentes violadores. Há, bem como, de se considerar a violência física como uma manifestação de um comportamento psicopatológico daqueles que a praticam, como, por exemplo o sadismo, e também outras doenças como alcoolismo e uso de drogas. (COSTA; VERONESE, 2006). “Esse tipo de violência caracteriza-se normalmente pela presença de lesões cutâneas, tais como hematomas, equimoses, queimaduras e fraturas de todos os gêneros.” (COSTA; VERONESE, 2006, p. 105). Ela pode ser desde um tapa até o espancamento, em alguns casos extremos, as agressões causadas pelos violadores podem chegar a morte da criança.

A segunda forma de violência é a psicológica, esta ocorre com muita invisibilidade, uma vez que as consequências dos atos não aparecem no corpo violado. Os atos levam a uma “exposição constate da criança e do adolescente a situações de humilhação e constrangimento, através de agressões verbais, ameaças, cobranças e punições exageradas, que conduz a vítima a sentimento de rejeição e desvalia.” (COSTA; VERONESE, 2006, p. 116). Além disso, ela “bloqueia seus esforços e auto aceitação, causando-lhe grande sofrimento mental, ameaças de abandono também podem tornar uma criança medrosa e ansiosa, representando formas de sofrimento psicológico.” (AZEVEDO; GUERRA, 2007, p. 33).

A terceira, violência sexual é caracterizada por práticas sexuais com crianças que desrespeitam os direitos e as garantias individuais como liberdade, respeito e dignidade previstos na Lei nº 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

[...] é um ato ou jogo sexual, em uma relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente, ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa. (AZEVEDO; GUERRA, 1998, p.33).

A negligência que é uma indiferença dos pais e/ou responsáveis pelas necessidades interiores e exteriores da criança, apresentando falta de interesse pelas expectativas, anseios, sonhos e temores da criança. (VERONESE; COSTA, 2006). Além disso, trata-se:

Ato de omissão no sentido de prover as necessidades físicas e emocionais de determinada criança ou adolescente, quando responsáveis falham em termos de

oferecer cuidados físicos, emocionais e sociais e quando tal falha não é o resultado das condições de vida além do seu controle. (GUERRA, 1998, p. 33).

A problemática da violência contra crianças está muito presente nos lares, sendo a família o primeiro grupo social que a criança convive, e que tem o dever de resguardar condições boas de desenvolvimento físico e psicológico. A infância vitimizada⁴, portanto, é “praticada no lar e, por isso mesmo, a mais secreta de todas. Aqui estão as vítimas da pedagogia negra – maus tratos físicos, da negligência, do abuso sexual quase sempre de natureza incestuosa e da perversa doçura, ou seja, da violência psicológica.” (GUERRA, 2007, p. 242).

Constata-se impunidade contra muitos desses atos no país, e, em vista disso foi criado o projeto de Lei nº 7.672/10 para restabelecer os direitos que toda criança e adolescente tem e proibir os castigos físicos elevados dos pais e/ou responsáveis em seus filhos. O projeto de lei é popularmente conhecido como a Lei da Palmada, chamada judicialmente como de Lei Menino Bernardo. O projeto foi aprovado e entrou em vigor em 2014 e teve como intuito alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e estabelecer os direitos que toda a criança e adolescente tem de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais, tratamento cruel ou degradante, planejando um ambiente mais assertivo e agradável ao sujeito. (BRASIL, 1990).

2 MÉTODO

Quanto ao delineamento, trata-se de uma pesquisa de campo de caráter exploratório pois “apresenta-se como uma possibilidade de conseguir não só uma aproximação com aquilo que se deseja conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento partindo da realidade presente de campo.” (MINAYO, 2002, p. 51). Isto é, pretendendo que o conhecimento produzido permita melhor familiarização com o assunto no cotidiano e, assim, possa embasar novas propostas que aprofundem o assunto.

⁴ Termo originado da autora Viviane Nogueira de Azevedo Guerra.

2.1 PARTICIPANTES

Participaram da pesquisa 57 pessoas que tinham como características comuns filhos matriculados em uma escola pública estadual de uma cidade do interior de Santa Catarina com idades entre 7 a 11 anos. Para a determinação do número destes sujeitos, fez-se contato com a escola explicando sobre a possibilidade de pesquisa e solicitando a informação do número de alunos matriculados do primeiro ao quinto ano. Assim, trata-se de uma amostragem não-probabilística. Como critérios de inclusão participaram da pesquisa pais de alunos do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental que aceitaram participar da pesquisa. Não foram problematizados critérios de exclusão, a não ser a oposição dos pais em participarem na mesma.

2.2 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

A coleta de dados teve a duração de cinco semanas. Foram entregues aproximadamente 300 termos de consentimento livre e esclarecido destinados aos pesquisados em 15 turmas, do primeiro ao quinto ano. Todavia, apenas 57 pessoas assinaram os termos e participaram da pesquisa.

O estudo contou com evocações dos participantes que responderam um questionário que incluía um Teste de Associação Livre de Palavras (TALP). Esse teste é usualmente utilizado em pesquisas de representação social porque possibilita identificar elementos da estruturação do núcleo central, a partir de uma técnica de análise estrutural das representações sociais e percepção da realidade por meio de uma composição semântica preexistente. (AZEVEDO, 2013). Esse método tem a vantagem de fornecer informações numerosas, de maneira rápida sem deixar o participante cansado, permitindo o acesso à estrutura representacional com base de um indutor estimulante. (WOLTER, WACHELKE; 2013). Além disso, é relevante que “a técnica de evocação livre considera não só a evocação livre como também a hierarquização da importância que a palavra tem para o respondente.” (AZEVEDO, 2013, p. 84).

O instrumento constou de uma questão de livre associação em que os participantes foram solicitados a responder ao estímulo indutor: **“Escreva três palavras que lhe ocorram quando ouve a expressão: Violência doméstica contra a criança.”** As evocações obtidas foram processadas com o software livre IRAMUTEQ® (*Interface de R pour les Analyses*

Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), versão 0.7 alpha 2 desenvolvido pelo *Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales* (LERASS) da Universidade de Toulouse na França. As palavras foram organizadas no formato de planilha pelo programa *Open office* e depois foram processadas pelo software. O software tem a possibilidade de fazer variados tipos de análise utilizando um corpus textual, por exemplo entrevistas ou uma análise sobre tabelas/palavras, neste caso, evocações. A partir da análise do corpus, o software produz estatísticas textuais clássicas, análise de contraste de modalidades de variáveis, classificação hierárquica descendente, análise de similitude e nuvem de palavras. Já na análise das tabelas produz classificação hierárquica descendente, classificação hierárquica descendente por matrizes de distância, análise de similitude, nuvem de palavras, descrição e χ^2 .

Esta pesquisa observou as Resoluções CNS nº 466/12 e 510/16. Os aspectos éticos implicados foram problematizados e a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Sul de Santa Catarina (CEP – Unisul).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Das 57 pessoas participantes, 51 que equivale a 89% dos participantes são do sexo feminino e 6 correspondendo a 11% são do sexo masculino. É possível observar predominância de mulheres no grupo. Isso mostra que a figura feminina está relacionada a essa figura materna, de cuidadora e a responsável pela educação dos filhos, pois demonstra uma dominação nos contextos escolares destinados à educação de crianças pequenas, uma vez que o questionário foi enviado pelas crianças para que seus responsáveis respondessem, não fazendo diferenciação entre pai ou mãe, ademais, foi ressaltado que as crianças entregariam aos seus responsáveis ou para as pessoas que cuidavam delas (linguagem adaptada ao infantil).

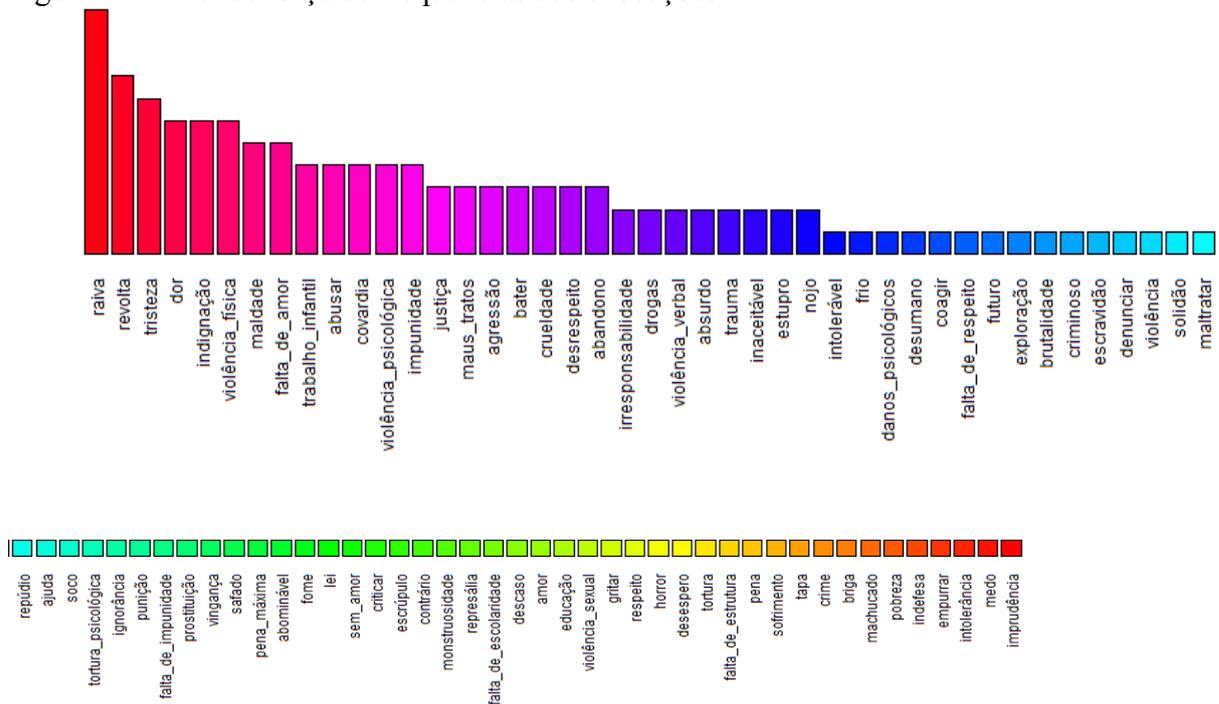
Quanto a idade dos pais pesquisados 47,37% dos pais possuem a idade entre 31 a 40 anos, seguido por 26, 32% com idades de 20 a 30 anos, 21% com idade de 41 a 50 anos e 3,51% com idade superior a 51 anos. Outro dado averiguado entre os participantes da pesquisa foi a sua escolaridade, 49,1% dos participantes possuem o ensino médio completo enquanto apenas 10, 52% possuem superior completo.

Em relação aos filhos dos participantes, a maioria tem entre 8 e 9 anos, 47,36%, seguido por 28% com idade entre 10 e 11 anos, 18% com idade entre 6 e 7 e o restante 6,7% não informaram a idade dos seus filhos.

3.2 ANÁLISES DAS EVOCAÇÕES

No primeiro momento as palavras obtidas na coleta de dados foram organizadas conforme a metodologia recomendada para serem processadas no software IRAMUTEQ. Foi possível observar que no primeiro processamento ocorreu de palavras de campo semântico semelhantes, mas com classes gramaticais diferentes foram para quadrantes distintos, sendo assim, para preservar as representações sociais dos participantes, palavras como, cruel e crueldade, abuso e abusar, foram agrupados em uma só. Dentre as sistematizações oferecidas pelo software foram escolhidas três delas para ser analisadas: nível de força de frequência das evocações, análise prototípica, análise de similitude.

Figura 1 – Nível de força de frequências das evocações.



Fonte: Dados das evocações processados pelo Iramuteq no processo de *multiple frequencies*

Considerando que o triângulo com maior comprimento se refere às evocações que foram mais lembradas pelos participantes, é possível identificar que a emoção “raiva” foi a palavra mais associada à violência doméstica contra crianças. “Raiva” é, provavelmente, reconhecimento da emoção que o participante sente diante do tema. Essa emoção é reforçada pelas palavras “revolta” e “indignação”. Outra emoção que aparece em frequência alta é a “tristeza”, que pode ser entendida também como emoção que o participante sente diante desse tema. Duas emoções que podem estar associadas ao sentimento de impotência do sujeito diante dos casos de violação: os pesquisados podem se sentir impossibilitados de interditar esses atos, trazendo essa “revolta”, “dor” e “indignação” frente às circunstâncias.

Quadro 1 - Quadro de Quatro Casas sobre o termo indutor: "Escreva três palavras que lhe ocorram quando ouve a expressão: Violência doméstica contra a criança. ”

Frequência mínima: 2						
Ordem mínima: 1.98						
Ordem média < 1.98				Ordem média > = 1.98		
1º quadrante – Núcleo central				2º quadrante - Primeira periferia		
F > = 3,96	Revolta	8	1.8	Raiva	11	2.2
	Violência Física	6	1	Tristeza	7	2,3
	Indignação	6	1.2	Falta de Amor	5	2,4
	Dor	6	1.5	Maldade	5	2
	Impunidade	4	1	Violência Psicológica	4	2,5
				Covardia	4	2.5
				Abusar	4	2
				Trabalho Infantil	4	2,5
3º quadrante - Zona de contraste				4º quadrante - Quarta periferia		
F > = 1,98; <= 3,98	Crueldade	3	1.3	Abandono	3	2.7
	Bater	3	1.3	Desrespeito	3	2
	Agressão	3	1.7	Maus Tratos	3	3
	Estupro	2	1.0	Justiça	3	2.3
				Nojo	2	2.5
				Inaceitável	2	2.3
				Trauma	2	2
				Absurdo	2	2
			Violência Verbal	2	2	
			Drogas	2	2.5	
			Irresponsabilidade	2	2.5	

Fonte: Dados das evocações processados pelo Iramuteq no processo de análise prototípica

Nessa segunda análise o primeiro quadrante superior esquerdo corresponde ao núcleo central das representações sociais por serem palavras evocadas com mais frequência e estando entre as mais importantes, isto é, evocadas em primeiro lugar pelos participantes. “A zona do núcleo central compreende palavras com alta frequência e baixa ordem de evocação: ou seja, respostas fornecidas por grande número de participantes e evocadas prontamente”. (WOLTER; WACHELKE, 2011, p. 525). Os elementos que compõem o quadrante superior esquerdo estão ligados à memória coletiva, história do grupo e resistente nas mudanças (ABRIC, 2000). Por outro lado, “em torno do núcleo central organizam-se os elementos periféricos, eles constituem o essencial do conteúdo de uma representação: seus componentes mais acessíveis, mais vivos e mais concretos ” (ABRIC, 2000, p. 34), no quadro eles estão situados nos segundo, terceiro e quarto quadrantes (respectivamente, quadrante superior direito, inferior esquerdo e inferior direito).

No quadrante superior direito está a primeira periferia da representação social, que representa uma maior frequência, porém importância um pouco mais secundária para os participantes. No quadrante inferior esquerdo, a zona de contraste, estão evocações pronunciadas mais cedo, porém com baixa frequência que podem indicar complementos para a primeira periferia ou indicam a existência de um subgrupo. (ABRIC, 2003 apud WOLTER; WACHELKE, 2011). Por último, o quadrante inferior direito ou periferia distante, tem as evocações proferidas em menor frequência e menor importância para os sujeitos.

Os elementos centrais e periféricos funcionam como complementares e têm seus papéis específicos: o sistema central está mais voltado à homogeneidade do grupo, enquanto os periféricos têm sua determinação mais individualizada e contextualizada, gerando representações sociais individualizadas. Ele é fundamental pois sua associação com o núcleo central permite uma ancoragem da realidade. (ABRIC, 2000). A existência do núcleo central, que representa as palavras mais evocadas, e os elementos periféricos, palavras evocadas em outras ordens e mais heterogêneas, não fazem com que se tenha duas representações sociais. ABRIC (2000, p. 34) reforça que é importante:

Compreender uma das características básicas das representações, que pode parecer contraditória: elas são, simultaneamente, estáveis e móveis, rígidas e flexíveis. Estáveis e rígidas, posto que determinadas por um núcleo central profundamente ancorado no sistema de valores partilhado pelos membros do grupo; móveis e flexíveis, posto que alimentando-se das experiências individuais, elas integram os dados do vivido e da situação específica, integram a evolução das relações e das práticas sociais nas quais se inserem os indivíduos ou os grupos.

No primeiro quadrante estão situados os prováveis elementos centrais: “revolta”, “violência física”, “indignação”, “dor” e “impunidade”. O elemento mais evocado pelos sujeitos foi “revolta”, que refere maior homogeneidade do grupo diante da violência doméstica contra crianças, enquanto em suas angústias pessoais está o sentimento reforçador dessa “revolta”: “raiva”, na primeira periferia e individualizada – reforçando, portanto, o elemento central. Devido a isso, é possível inferir que diante do termo indutor os participantes vivenciaram sentimentos de cólera, uma vez que sentiram “indignação” por esse acontecimento, que se afeiçoa com o estado da “revolta” que podem ocasionar “raiva”, “tristeza” e “dor”.

Por se tratar de situações que as pessoas podem se sentir impotentes para combater, vieram os sentimentos paralelos a esses, como a “tristeza”, uma emoção da primeira periferia que, por sua vez, pode ser entendida também como elemento reforçador do núcleo central já que remete a essa emoção do pesquisado diante do termo indutor.

“Inaceitável” e “absurdo” também apareceram nos quadrantes: o primeiro é algo que não é aceito perante a sociedade, neste caso, violentar crianças. Todavia, isso acontece cotidianamente no país, tornando-se algo “absurdo”, que é algo destituído de racionalidade.

A palavra “impunidade”, segundo elemento do núcleo central pode ser interpretado como falta de punição para as pessoas que cometem violências em crianças. Tem-se a possibilidade de pensar que esta evocação está relacionada ao fato de que muito das violações acontecem dentro dos lares familiares e no primeiro grupo social que as crianças convivem, a família, fazendo com que as mesmas não encontrem uma saída diante da situação existente. A “impunidade” é falta de punição contra algo não aceito socialmente. Que é o caso da violência doméstica contra crianças, portanto, foi elaborada a Lei nº 7.672/10 para proibir os castigos físicos elevados (considerada violência) dos pais e/ou responsáveis em seus filhos. (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017).

No último quadrante a palavra “justiça” também aparece, em menor frequência e menor importância, contudo, ela é compreendida como estando em conformidade com o que é direito, correto, da lei. As palavras “impunidade” e “justiça”, estão intimamente relacionadas entre si, pois o sentimento de impunidade mostra que a “justiça” não está sendo feita com os violadores.

Juntamente com a impunidade, apareceram palavras como “maldade”, “falta de amor” e “covardia”, integrantes do primeiro quadro periférico. Os pesquisados consideram

peças que comentem a violência como pessoas maldosas com as crianças pois as estão prejudicando. Para os pesquisados, essas pessoas não nutrem sentimento de amor, agem covardemente. No entanto, estudos como de Azevedo e Guerra nos mostram que muitos responsáveis estão cometendo violações físicas e psicológicas pois acreditam que estão disciplinando suas crianças: “Para discipliná-los, isto é, para controlá-los, submetendo-os a uma certa ordem que convém ao funcionamento do grupo familiar ou da sociedade em geral; para castigá-los, ou seja, puni-los por faltas reais ou supostamente cometidas”. (AZEVEDO; GUERRA, 2001, p. 19). Ademais, o adulto sempre tem poder sobre a criança. “Muitas crianças tem o suficiente discernimento para verificar a incorreção da ordem que lhe dá o adulto. Todavia, segundo normas sociais, não lhe cabe discutir tal ordem, uma vez que o adulto pode não ter razão, mas tem sempre autoridade.” (AZEVEDO; GUERRA, 2000, p. 50).

Trazendo o conceito da objetivação para o enquadre da pesquisa, reflete-se sobre o fato das pessoas objetivarem a violência doméstica contra crianças como um ato violento, segundo alguns termos usados. A violência física (proferida como “bater”, “agressão”), a violência psicológica (proferida como “violência verbal”, “agressão”, “falta de amor”), violência sexual (proferida como “estupro”, “abusar”), negligência (proferida como “abandono”, “desrespeito”, “maus tratos”). Os participantes estão em acordo com Costa e Veronene (2006) e Azevedo e Guerra (1998, 2001, 2007) quando escrevem evocações dentro das violências existentes. Contudo, os pais limitaram as suas evocações aos atos cometidos pelos violadores, não fazendo menção ao abarcamento que as violências possuem, que são desde violações físicas, a violência psicológica, a negligência e a violência sexual. Isso vai ao encontro da função de defesa das representações sociais, que atua no momento em que o sujeito precisa defendê-la. Com as evocações obtidas, sugere-se que violência doméstica contra crianças algo distante da sua convivência e caracterizada por atos violentos de impacto. Atos menores, mas violência, como palmadas e castigos educativos não apareceram nos pais pesquisados.

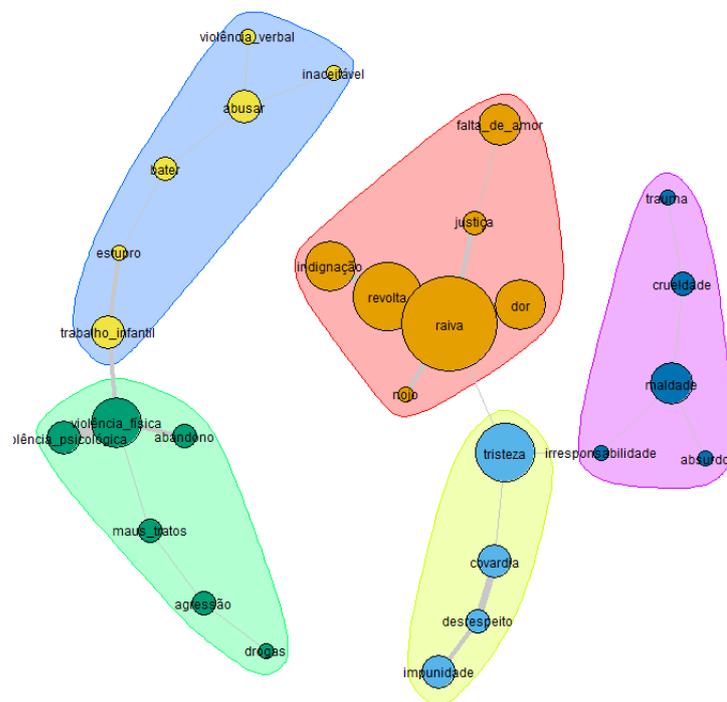
Por fim, os participantes entendem que as violências contra crianças podem gerar consequências para as mesmas, como “traumas” e “dor”. Isso de fato pode acontecer, como relata Viviane Guerra (1998) que menciona consequências orgânicas como sequelas provenientes de lesões e até morte e as psicológicas, sentimentos de raiva, medo, quadro de dificuldades escolares, dificuldade de confiar nos outros, autoritarismo, delinquência, violência

doméstica, parricídio e matricídio, dentre outras consequências particulares para cada indivíduo.

Em terceiro momento foi feita a análise de similitude através do mesmo software.

Esse tipo de análise baseia-se na teoria dos grafos (Marchand & Ratinaud, 2012) e é utilizada frequentemente por pesquisadores das representações sociais (cognição social). Possibilita identificar as coocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura da representação. (CAMARGO; JUSTO, 2013, p. 06)

Figura 2 - Árvore máxima de similitude dos termos evocados.



Fonte: Dados das evocações processados pelo Iramuteq no processo análise de similitude

Na figura 2, observa-se que os termos foram organizados em cinco grupos distintos, sendo que há duas ramificações. A “raiva” é a evocação mais predominante entre todas. Os termos “raiva”, e “revolta” estão quase sobrepostos, sendo “revolta” um elemento apresentado como núcleo central, conforme a observação do quadro de quatro quadrantes. “Dor” também se aproxima, formando um trio. Analisando os grupos, os quais foram definidos pelo software, é possível que nessa sistematização o termo “raiva” passe a se tornar um elemento do núcleo central das representações sociais, se for considerado que ele possui o maior número de evocações feitas e também estar em destaque e que, semanticamente, “revolta” envolve “raiva” (e, psicologicamente, raiva dói). No grupo ao qual pertence “raiva” há três elementos do núcleo

central: revolta, dor, indignação, e outros elementos da periferia: falta de amor, justiça e nojo. Observa-se a conexão de “raiva” com justiça e, por sua vez, com nojo. Tanto quanto se observa a conexão de revolta com indignação. Pode-se inferir que as pessoas que veem que a justiça não está sendo feita, sintam raiva diante da situação e sintam indignação tanto do ato quanto dos que cometem as violências até por fim sentirem nojo dessas pessoas.

A ramificação desse grupo leva a outro grupo, que conecta “raiva” com “tristeza” que está como palavra predominante no grupo, sendo um elemento da primeira periferia no quadro anterior. Além da “tristeza”, traz a “covardia” que também é da primeira periferia, o “desrespeito” da quarta periferia e a “impunidade” entendida como núcleo central. A “tristeza” apresenta mais força que a palavra “impunidade”, um núcleo central, inferir-se, a partir disso, que o fato de as pessoas verem que a impunidade persiste na violência contra crianças causa-lhes “tristeza”.

Assim como a “raiva” predominante na figura, a “tristeza” pode ser entendida também como central por essa figura. Duas emoções vistas no presente estudo que transmitem o sujeito impotente diante dos casos de violação contra crianças, sendo a “raiva” como um enunciador da emoção de querer colocar o sujeito em ação, em movimento para impedir os atos, porém, diante dessa impunidade ocorre os sentimentos de cólera bem como a “tristeza” fortemente anunciada.

“Tristeza” está ramificada também com outro grupo e diretamente com “irresponsabilidade” que se conecta com “maldade” como palavra em destaque, reforçando novamente que os atos de violência contra crianças são feitos por pessoas consideradas más, causando “revolta”, “raiva”, “tristeza”, “indignação”. “Maldade” ainda se conecta com “absurdo” e “crueldade” e está com “trauma”, considerando que esses atos cometidos por pessoas más são cruéis e podem gerar traumas a quem os sofre.

Na outra ramificação apresentada está o grupo superior esquerdo, destoante de todos, que mostra que os pesquisados ao evocarem suas representações sociais acerca da violência doméstica contra criança pautaram-se em suscitar em atos que os violadores cometem com as crianças. Logo, contém atos cometidos pelos violadores, objetivações que os sujeitos fizeram diante do termo indutor.

Analisando o grupo, a “violência física” está fortemente ligada à “violência psicológica”. Violência física pertence ao núcleo central e a “violência psicológica” como primeira periferia, com isso é possível inferir que diante de um caso de violência física, pode

acarretar em violências psicológicas. Neste grupo também aparece a “negligência”, com o termo “abandono”, da zona de contraste e os “maus tratos”, “agressão”, “drogas”. No outro grupo dessa ramificação aparece novamente os atos cometidos pelos violadores e sofridos pelas crianças, aparece em destaque o “trabalho infantil”, da primeira periferia, que dependendo da especificidade de cada caso ela se enquadra em mais de um tipo de violência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo identificar as representações sociais da violência doméstica contra criança, identificar a compreensão dos pais sobre a violência doméstica contra crianças e identificar o reconhecimento dos pais pesquisados sobre os tipos de violência doméstica. Diante do que foi exposto, é possível afirmar que as representações sociais da violência doméstica contra crianças estão organizadas em elementos centrais como sentimentos de cólera, que se afeiçoa com emoções que levam as pessoas a se sentirem impotentes diante dos casos de violência e evocarem emoções a partir disso. Neste caso, a violência está vestida por emoções desencadeadas por sua prática.

As evocações dos participantes da pesquisa pautaram-se no fato das pessoas objetivarem a violência doméstica contra criança como um ato violento e em evocações que mostram seus próprios sentimentos/emoções diante do termo indutor. Todavia, a violência doméstica contra criança não se refere somente aos atos violentos sofridos, mas também à sua repercussão e seus malefícios no desenvolvimento infantil. As crianças que apresentam algum tipo de violação por parte dos seus responsáveis podem apresentar dificuldade no seu desenvolvimento infantil e causar impactos a curto, médio e longo prazo tais como: lesões corporais, traumas, dificuldades na aprendizagem, atrasos no desenvolvimento cognitivo, dentro outros. Consequências da violência sofrida não foram evocadas pelos participantes que enfatizaram o ato violento em si.

No conteúdo das evocações as emoções/sentimentos mais frequentes diante do termo indutor foram “revolta”, “raiva”, “tristeza”, “impunidade”. As violências ocorrem diariamente nos lares familiares brasileiros, e os sujeitos se sentem revoltados e com “raiva” diante disso. Todavia, a “impunidade” persiste no dia a dia, causando-lhes “tristeza”. Contudo, os pesquisados consideraram a violência numa perspectiva que parece distante da sua realidade e palavras como “crueldade”, “indignação”, “nojo”, “revolta” e

“raiva” aparentam que eles abominam a prática e, portanto, não cabe no cotidiano dos participantes. Ressalta-se, no entanto, que muitas famílias convivem com práticas educativas que utilizam de castigos físicos, palmadas, privações, ameaças, coerções que podem não ser entendidas como violência. Assim, uma nova possibilidade acerca da visão dos pais diante do que seria a violência doméstica propriamente dita é uma proposta de pesquisa sugerida a partir desse estudo.

A pesquisa tinha uma estimativa de aplicar 100 questionários, no entanto devido ao método escolhido para a coleta de dados, foi dificultoso alcançar esse número. Afim de atingir a estimativa, a coleta de dados poderia ser diferente, a busca por esses pais pesquisados poderia ser em outra via, como em reuniões escolares planejadas antecipadamente entre pesquisador e escola ou em grupos nos centros de referências de assistências sociais na cidade. Um novo olhar acerca disso seria uma sugestão para novas pesquisas que tem como objetivo alcançar pais.

Por fim, convém ressaltar que esse estudo, na busca de identificar a representação da violência doméstica contra crianças entende que é necessário tecer provocações e alertas para que a prática da violência seja combatida e de modo que a criança seja reconhecida e respeitada na sua condição de pessoa em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean-Claude. A Abordagem Estrutural das representações sociais. MOREIRA, Antonia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de. **Estudos Interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 2000, p. 27-38.

AGÊNCIA BRASIL. Brasil lidera ranking de violência contra crianças na América Latina. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-lidera-ranking-de-violencia-contra-criancas-na-america-latina/>> Acesso em: 27 de abril de 2018.

ANADON, Marta e Machado, Paulo Batista. **Reflexões teórico-metodológicas sobre representações sociais**. Salvador: Editora UNEB, 2001.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de Azevedo. **Um cenário em (des) Construção**. São Paulo: Iglu, 2006.

_____. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2007.

_____. **Mania de bater: a punição corporal doméstica contra crianças e adolescentes no Brasil.** São Paulo: Inglu, 2001.

_____. **Pele de asno não é só história: um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família.** São Paulo: Rocca, 1998

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 14 de junh. 2018

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Lex: Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/18069.htm>. Acesso em 14 de junh. 2018

_____. **Disque Direitos Humanos Relatório 2017.** Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/dados-disque-100/relatorio-balanco-digital.pdf/view>> Acesso em 14 de jun de 2018.

BISCEGLI, Terezinha Soares et al . Violência doméstica contra crianças: nível de conhecimento dos pais de crianças em escolas pública e privada. **Rev. paul. pediatri.**, São Paulo , v. 26, n. 4, p. 366-371, dez. 2008 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822008000400010&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 8 de junho de 2018

CAMARGO, Brígido Ziceu; JUSTO, Ana Marina. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ.** Universidade Sul de Santa Catarina, 2013. Disponível em: <<http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>>. Acesso em 03 de out. 2018

FARR, M. Robert. Representações sociais: A teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho, JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs). **Textos em representações sociais.** Rio de Janeiro: Vozes, 2003. p. 31-59.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Edição 2017 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/atividades/anuario/>> Acesso em 15 de jun. 2018

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez e Associados, 1998.

KRUG, Etienne. et al. **World report on violence and health.** Geneva: World Health Organization, 2002.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. **O que é psicologia social.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/conanda-conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente/>>. Acesso em: 16 de mai. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. Em: NJAINE, K. et al (org.). **Impactos da violência na saúde**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 21-42.

_____. (Org); DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio Romeu Gomes. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MORAES, Patrícia Regina de et al. **A teoria das representações sociais**. Educação em Foco (Amparo), v. 1, p. 17-30, n. 2014.

MORERA, Jaime Alonso Caravaca et al. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 24, n. 4, p. 1157-1165, Dec. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072015000401157&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 2 de jun. 2018.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Representações Sociais Investigações em Psicologia Social**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

RIBOLLA, Maria Beatriz; FIAMENGI JR., Geraldo Antonio. Adolescentes na escola: representações sociais sobre violência. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 111-121, June 2007 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572007000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 8 de junho de 2018.

SANTOS, Ellis Regina Ferreira dos; RAMOS, Deborah Dornellas; SALOMAO, Nádia Maria Ribeiro. Concepções sobre desenvolvimento infantil na perspectiva de educadoras em creches públicas e particulares. **Rev. Port. de Educação**, Braga, v. 28, n. 2, p. 189-209, jun. 2015. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872015000200010&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 25 abr. 2018.

SPINK, Mary Jane Paris. (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

VERONESE, Josiane Rose Petry; COSTA, Marli Marlene Moraes. **Violência doméstica: quando a vítima é criança ou adolescente: uma leitura interdisciplinar**. Florianópolis: OAB/SC, 2006.

WOLTER, Rafael Peclý; WACHELKE, João. **Índices complementares para o estudo de uma representação social a partir de evocações livres**: raridade, diversidade e comunidade. *Psicol. teor. prat.*, São Paulo , v. 15, n. 2, p. 119-129, ago. 2013 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 out. 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Violence Against Children. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/violence-against-children/en/>> Acesso em: 27 de abril de 2018

_____. Violência contra criança e adolescentes: percepções públicas no Brasil. 2017. Disponível em: < <https://www.dropbox.com/s/osw1rotgbufkm9w/IPSOS.pdf?dl=0#>> Acesso em: 27 de abril de 201